

O ARQUIVO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A IDENTIDADE

Augusto César Luiz Britto

Mestrando em Comunicação, Linguagens e Cultura – UNAMA
Arquivista do Instituto Evandro Chagas
Email: augusto_britto@yahoo.com

Marisa de Oliveira Mokarzel

Doutora em Sociologia – UFCE
Professora do Programa de Pós Graduação em Comunicação, Linguagens e
Cultura – UNAMA
Email: marisamokarzel@globo.com

Analaura Corradi

Doutora em Ciências Agrárias - UFRA
Professora do Programa de Pós Graduação em Comunicação, Linguagens e
Cultura – UNAMA
Email: corradi7@gmail.com

Resumo: O Arquivo, ao espelhar discursos e práticas sociais, mantém uma relação inerente com a memória e identidade da sociedade na qual o mesmo se insere. Tendo como pressuposto a importância dessa relação, este artigo visa demonstrar a maneira como o arquivo, memória e identidade se inter cruzam. Retoma e contextualiza a história dos arquivos até o momento em que esses se tornam em laboratório para história e “lugares de memória” enunciados por Nora (1993) focando a sua relação com a memória e identidade. Explana sobre a conceituação e classificação realizadas por Stuart Hall (2001) e Denys Cuche (2002) sobre as concepções de identidade. Também é observado o Arquivo e suas finalidades enquanto “lugar de memória” e a utilização desse espaço na construção, corroboração e/ou refutação de discursos identitários. Explana sobre o uso das novas tecnologias na preservação e acesso de acervos arquivísticos e a repercussão que acarreta na relação entre Arquivos digitais, memória e identidade.

Palavras-chave: Arquivo. Memória. Identidade. Cultura. Lugares de memória. Arquivo digital.



1 INTRODUÇÃO

A perspectiva geral sobre os lugares de memória, entre eles o Arquivo, é de que se constituem como espaços de preservação de informações e símbolos com alguma relevância histórica. Nos últimos anos essa perspectiva está aos poucos mudando, os lugares de memória estão sendo assimilados não apenas como locais de preservação, mas também como ambientes de reivindicação e/ou construção da cidadania.

A identidade, enquanto fenômeno sociocultural, se forma e se consolida por discursos e práticas que utilizam a memória como uma das fontes de sua elaboração. Já o Arquivo, enquanto lugar de memória, aparece como uma instituição de substancial importância no fornecimento desses subsídios.

O movimento nacionalista do período pós-napoleônico (1799 – 1815) foi crucial para que o Arquivo começasse a ser apropriado pela sociedade para fins de constituição de sua identidade. Os países invadidos pelos franceses sentiram a necessidade de se firmarem enquanto Estado Nação e encontraram no Arquivo o seu laboratório para a construção da sua própria história e identidade.

A identidade como objeto de estudo evoluiu com o decorrer do tempo em consonância com as ciências que a estudavam. Apesar dessas mudanças de perspectivas, a relação entre identidade e memória sempre se manteve como indissociável influenciando uma a outra. Independente de qual concepção de identidade que se tenha ou de quem a está estudando, desta forma, os documentos de Arquivo proporcionam legitimação do discurso identitário.

O surgimento da sociedade digital oriundo do avanço das tecnologias acarreta em novas práticas de preservação e recuperação informacional nos acervos arquivísticos. O armazenamento e acesso a memória recebem novas perspectivas nas quais sua intensidade implica em novos questionamentos sobre a memória, identidade e o tratamento arquivístico.

Tem-se como intuito explanar sobre como se relaciona os

processos em torno da questão da memória e identidade e sua relação com o Arquivo enquanto lugar de memória. Dessa maneira a pesquisa realizada, de acordo com os procedimentos técnicos, é caracterizada como bibliográfica, já que se utiliza como fonte os enunciados de autores que abordam o tema. Do ponto de vista da forma de abordagem a pesquisa se classifica como qualitativa, pois o foco é o processo e a sua significação. Nesta pesquisa se caracteriza como “descritiva” ao expor a relação entre arquivo, memória e identidade.

O texto está dividido em quatro tópicos nos quais se buscou explicar primeiramente a trajetória histórica dos Arquivos até o momento em que eles se tornaram em “laboratórios da história” sob a perspectiva dos “Lugares de memória” enunciada por Nora (1993). Posteriormente é apresentado o conceito de identidade sob o ângulo de Stuart Hall (2001) e Denys Cuche (2002) e o entrelaçamento presente com memória e Arquivo. No terceiro tópico é explanado sobre a repercussão dos usos das novas tecnologias para a preservação e o acesso de documentos e suas implicações na memória e identidade.

2 O SURGIMENTO DO ARQUIVO COMO LABORATÓRIO DA HISTÓRIA, LUGAR DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Os Arquivos estão presentes na história da humanidade desde que o homem se fixou numa localidade e necessitou de um Estado que centralizasse as decisões a serem tomadas dentro de uma comunidade. Os documentos, independente do seu suporte (tablete de argila, pedra, osso, folha de árvore, grão de arroz, papiro, pergaminho ou papel), eram utilizados como instrumento legal para a execução das atividades. Lodolini (1989, p. 34) explica que o ato de registrar suas ações advém da necessidade do homem de preservar essas informações que para ele deveria ser de conhecimento de todos:

Desde a mais alta antiguidade o homem sentiu necessidade de conservar a sua própria “memória”, primeiro sob a forma oral, depois sob a forma de

grafite e de desenhos, e, finalmente, graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos gráficos correspondentes a sílabas ou a letras. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem Arquivos.

Coube ao Arquivo manter viva a memória em forma de documentos, evitando o desconhecimento sobre determinada época e/ou civilização. Até o início da história contemporânea os Arquivos eram mantidos centralizados junto com a administração que a produziu, com poucas exceções de acesso ao público. A cidade de Atenas na época do apogeu da Grécia Clássica é uma dessas exceções ao proporcionar acesso a alguns privilegiados.

A Revolução Francesa (1789) representa uma nova fase na administração e concepção de Arquivo. Segundo Ribeiro (2003, p. 27), os bens das classes dominantes anteriores à revolução burguesa são confiscados:

As nacionalizações dos bens das anteriores classes dominantes acarretou consigo a natural apropriação dos respectivos cartórios, pois aí se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração das propriedades confiscadas. Assistimos, portanto, a um novo movimento de incorporações em massa de Arquivos Privados nos depósitos do Estado, os quais passaram a ter designação de “Archives Nationales” (1789, Decreto de 18 Brumário) e a ter funções de conservação e manutenção dos documentos oficiais em que passava a assentar o novo regime.

A administração dos documentos de todas as esferas administrativas da máquina governamental estaria agora dentro de um sistema orgânico de Arquivo. Ou seja, surge o Arquivo Nacional e, com ele, os Arquivos Departamentais das províncias, interligados entre eles, deixando de lado os depósitos documentais isolados a serviço do poder.

Posner (1964) cita outros dois efeitos da Revolução Francesa nos Arquivos: a consciência da responsabilidade do Estado em preservar a documentação antiga, ao compreender o valor histórico desses e a acessibilidade dos documentos para a população em geral.

A concentração de documentos nos Arquivos Nacional e Departamental, surgidos na França, foi copiada por outros países que sofreram a invasão napoleônica, pois se basearam na administração dos anos em que estiveram dominados. Mundet (1994) lembra que não foi apenas a documentação oficial de Estado que levou à criação de tais Arquivos, mas também aqueles procedentes de instituições religiosas.

A abertura dos Arquivos, com documentos antigos ou de uso não corrente da administração para o público, se deu devido ao desejo por parte dos povos de consultá-los para fins, primeiramente, judiciais ou legais. O acesso aos documentos deixa de ser um favor para ser um direito do cidadão.

O nacionalismo do século XIX impulsionou os Arquivos a se tornarem um laboratório para a pesquisa histórica. Posner (1964, p. 66) conta que, com a invasão Napoleônica a outros países Europeus pela França (1805-1813), os povos dos países dominados tomaram ciência da importância de se ter uma história e identidade nacional e utilizaram os documentos de Arquivo como instrumento de construção desta:

Os povos da Europa gradualmente tomaram consciência de sua individualidade nacional e começaram a usar a história nacional como uma fonte de encorajamento em momentos de desastre nacional. O romantismo começou a glorificar o passado, suas obras de arte e seus monumentos literários e documentais. A publicação de fontes documentais, a fim de torná-las acessíveis para a história do país, e escrever essa história através dos materiais recentemente descobertos tornaram-se os objetivos de um vigoroso e entusiástico movimento na historiografia.

O caráter do Arquivo, como uma instituição

governamental servindo de arsenal de poder, como ocorrera na idade moderna com os monarcas absolutistas, começa a ser esquecido para o de Arquivo como uma instituição científica e cultural. Percebe-se a partir desse momento a importância dos documentos de Arquivos como subsídio de construção, consolidação e perpetuação da memória e identidade de uma coletividade. Esses movimentos históricos foram fundamentais e contribuíram na transformação dos Arquivos em lugares de memória.

Segundo Nora (1993), os lugares de memória, enquanto centros de documentação aparecem no meio social no momento em que o homem é incapaz de preservar na íntegra as suas experiências. Os Arquivos, assim como as bibliotecas e os museus, surgem da necessidade de sanar as lacunas que a memória não é capaz de suprir. De acordo com Nora (1993, p. 13) esses lugares perpetuam a memória, a história e a identidade ao longo do tempo, pois:

[...] secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade da coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação.

O Arquivo edificado como lugar de memória, como produto dessa demanda, demonstra que ele, assim como qualquer variável a ser estudada, é resultado contextual do seu tempo, ou seja, é um fenômeno estruturado socialmente. O uso do Arquivo para fins memorialísticos, respondendo as novas demandas contextuais da sociedade, acentuou com a aceleração da História.

A constituição de memória, especificamente nos Arquivos, se procede naquele classificado como “Permanente” ou, como é mais usualmente conhecido, “Arquivos Histórico”. É neste Arquivo em que se encontram os documentos de relevância sociocultural e que devem ser preservados perpetuamente. As informações desses documentos espelham a sociedade e a época em que o Arquivo se insere, formando, dessa maneira, um manancial de memória à disposição para consulta.

O Arquivo diferencia-se dos demais lugares de memória

pelas características de sua documentação. Enquanto na biblioteca o seu acervo é formado pela seleção subjetiva da memória dos registros humanos, no museu é mediante a construção de um discurso em torno dos elementos escolhidos subjetivamente, o Arquivo contém os registros em si dos acontecimentos.

Dessa maneira o documento de Arquivo se constitui como fonte primordial de qualquer estudo relacionado à memória, pois são nesses documentos que contêm as diversas dimensões da realidade (social, cultural, administrativa, ideológica, econômica e política) em que os objetos passíveis de estudo estarão relacionados. A própria existência de documentos apócrifos, falsos, adulterados e/ou inexistentes no acervo por si só dão subsídios para se compreender a sociedade na qual os documentos estão inseridos. Le-Goff (1990, p. 547) argumenta sobre esse aspecto que nenhum documento é inócuo:

É antes de mais nada o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

De acordo com o princípio da organicidade de Arquivo, no qual Richter, Garcia e Penna (2004, p.59) ressaltam que “os documentos de Arquivos espelham a instituição ou o titular produtor, pois os mesmos são produtos de suas atividades”, percebe-se que os Arquivos são lugares onde guardam não apenas a memória de um povo, mas suas características intrínsecas como a identidade e seus discursos.

A conservação ou não de acervos arquivísticos, e a forma como esse processo se dá, faz parte de interesses políticos de poder e que afetam a perpetuação de informações de cunho memorialístico. Quais acervos preservar? Por que preservar esse acervo e outro não? De que forma serão conservados os documentos? Como será disponibilizado na sociedade esse acervo? São perguntas que demonstram a influência que recebe,

em menor ou maior grau, a construção de discursos identitários e, portanto da memória em torno dos Arquivos.

O discurso em torno da memória e da identidade para se constituírem não necessitam, obrigatoriamente, da presença de Arquivos, mas a existência de documentos que corroboram as afirmações oriundas desses que as legitimam. O acesso aos acervos também se faz de suma importância, pois a confirmação, refutação e/ou a construção de um novo discurso para a memória e identidade depende do contato com os documentos.

É claro que o documento de Arquivo não é a única fonte para a construção da memória e da identidade, mas se constitui como elemento fundamental para o entendimento de um fenômeno. O cruzamento com outros tipos de fontes (fonte oral, arqueológico, biblioteconômico, museólogo, literário, entre outros) qualificará a pesquisa em torno da memória e da identidade.

Nesse contexto percebe-se que não cabe ao Arquivo apenas ser caracterizado como lugar de guarda e preservação dos discursos de um povo ou ainda de testemunho da identidade. O Arquivo também é um espaço de referência dessa produção de conhecimento. Nesse sentido, Nora (1993) afirma que os lugares de memória são lugares de “duplo sentido”, pois mesmo sendo fechadas em si mesmas no intuito de preservar a memória em nome dela, elas são abertas a uma gama imensurável de significações a serem vistas e revistas. A este ponto percebe-se a resistência que os lugares de memória impõem a ideia do fim da história e das interações simbólicas.

Dessa maneira, o Arquivo é um local tanto onde acontece o contato da sociedade com os acontecimentos passados, como o de local de reivindicação de cidadania. Cook (1998, p. 148) classifica essas características como consagração conquistada pelos Arquivos:

Os Arquivos são templos modernos – templos de memória. Como instituições, tanto como coleções, os Arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem

lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos de memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e nossa consciência social.

O autor corrobora a justificativa para a existência do Arquivo a sua capacidade de oferecer um leque de elementos que contribuirão com a cidadania. A recuperação informacional proporciona aos cidadãos o conhecimento da sua identidade individual e/ou coletiva, mas também de sua cultura e história.

Diante desse cenário, o Arquivo se constitui como elemento essencial dentro da sociedade, que atua como custodiador e disseminador dos vestígios que mantêm uma coletividade e que permitem a construção e a consolidação de uma memória e identidade social. No próximo tópico será apresentado o conceito de identidade enquanto fenômeno social na visão de Hall (2001) e Cuche (2002) relacionando aos arquivos enquanto lugares de memória.

3 IDENTIDADE NA VISÃO DE STUART HALL E DENYS CUCHE E A SUA RELAÇÃO COM OS ARQUIVOS E A MEMÓRIA

A identidade e o seu discurso legitimador se tornaram elementos necessários para a compreensão das relações sociais então vigentes.

O sentimento de pertencimento a um determinado contexto socioespacial atualmente é marcado pela influência da globalização, pois rompe com as visões tradicionais do que é pertencer a certa coletividade.

De acordo com França (2002), a compreensão de que a identidade é um produto de uma “construção” a qual é realizada mediante elementos básicos que proporcionarão subsídios para os seus diferentes discursos e simbologias. A difusão dos elementos que constituem uma identidade para o mesmo autor é o que define a posição do indivíduo e/ou da coletividade em relação

aos demais.

O discurso relacionado à identidade, considerando sua evolução por diferentes épocas, é classificado por Hall (2001) em três diferentes categorias: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

A primeira categoria, o sujeito do iluminismo, tinha como concepção, de acordo com Hall (2001, p. 10), a estabilidade do perfil identitário do sujeito, em que as características pelas quais ele nascia manteriam no decorrer da vida:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa.

A autonomia e autossuficiência do sujeito são esquecidas na concepção do sujeito sociológico. A relação com outras pessoas como fator mediador dos símbolos culturais ganha destaque nessa nova concepção, o que Hall (2001) vai chamar de visão “interativa da identidade e do eu”, ou sintetizando “a interação do eu e a sociedade”. A identidade funciona como o elo entre o mundo interior (pessoal) com o mundo exterior (público).

O sujeito pós-moderno por sua vez é uma concepção resultante das mudanças geradas pela globalização. O sujeito agora tem como característica a fragmentação, ou seja, não contém uma única identidade e essa não é estável. A sociedade está em constantes mudanças, que influenciam na efemeridade e variedade de identidades que um indivíduo pode ter. Hall (2001, p. 14) define esse novo cenário como identidades deslocadas:

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes

momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Cuche (2002) por sua vez classifica em teorias as concepções sobre a identidade: objetivistas, subjetivistas, relacional e situacional. As concepções objetivistas se aproximam ao “sujeito do iluminismo” de Hall, pois, segundo essa concepção, a identidade é intrínseca ao sujeito desde o seu nascimento, é um dado posto ao sujeito *a priori* e a ela se adere. O indivíduo não tem livre arbítrio para escolher, mudar ou evoluir em sua identidade e a sociedade, por outro lado, também não tem força de influência. Essa concepção pode ter uma abordagem centrando-se na herança genética ou cultural do indivíduo.

A concepção objetivista ou o sujeito do iluminismo implicaria numa pesquisa as memórias presentes nos documentos de Arquivos apenas para fins de afirmação da percepção do eu dentro do *status quo* social. As características identitárias por serem definidas *a priori* não teriam margens para mudanças que as informações documentais poderiam fomentar, e sim apenas a capacidade de intensificar as características presentes no indivíduo.

Contrapondo a concepção objetivista existe a concepção subjetivista que percebe a identidade não como um fenômeno estático definido no momento e local de seu nascimento. Essa concepção se aproxima do sujeito moderno e pós-moderno de Hall (2001), pois o meio onde esse vive influencia na formação da identidade individual do sujeito, além da liberdade que cada indivíduo goza em escolher e modificar a sua identidade. Cuche (2002, p. 181) assinala o perigo de se levar ao extremo essa concepção:

Mas o ponto de vista subjetivista levado ao extremo leva à redução da identidade a uma questão de escolha individual arbitrária em que

cada um seria livre para escolher suas identificações. Em última instância, segundo este ponto de vista, tal identidade particular poderia ser analisada como uma elaboração puramente fantasiosa, nascida da imaginação de alguns ideológicos que manipulam as massas crédulas, buscando objetivos nem sempre confessáveis.

No caso da concepção subjetivista, o sujeito sociológico ou sujeito pós-moderno, os Arquivos e suas memórias já têm um peso maior de influência. Além de ser pesquisado para afirmar as características identitárias, o indivíduo que acessa os arquivos pode, em contato com informações e perspectivas de indivíduos de outras identidades, usar as informações para escolher se continua, muda ou mistura características que formam a sua própria identidade. O acesso e a interpretação de diferentes memórias permitem que os indivíduos escolham características que mais se aproximam de si, para adotar à sua identidade.

O entendimento das identidades não se limita as concepções objetivistas e subjetivistas. A relação entre diferentes grupos em si e a afirmação de distinção entre eles dentro de um de jogo de poder são considerados e reavaliados.

Essa perspectiva de análise origina a “concepção relacional ou situacional” a qual Cucho (2002, p. 182) comenta: “Trata-se então de uma mudança radical de problemática que coloca o estudo da relação no centro da análise e não mais a pesquisa de uma suposta essência que definiria a identidade”.

Existe ainda, de acordo com Cucho (2002), a visão de identidade como “multidimensional”. Para esse autor a identidade enquanto construção social espelha a heterogeneidade de um grupo social, ou seja, é diversificada em sua interpretação e manipulação o que impede a compressão unidimensional da identidade.

As referências memorialísticas na visão de identidade multidimensional podem utilizar um Arquivo e seus fundos diversificados para fins de conhecer atores sociais e épocas variadas para a definição de sua identidade. O uso de Arquivos diferentes também se faz verdadeiro para esse caso.

As referências utilizadas anteriormente para definição de identidade (nação, etnia, gênero, sexualidade, entre outros) não são mais, portanto, os únicos elementos definidores de identidade. O descentramento torna-se preponderante na definição de identidade e essa ocorre sempre mediante a relação do sujeito com o outro como nos dizeres de Hall (2011, p. 110).

A identidade do indivíduo, na visão multidimensional, é constantemente moldada de acordo com os processos de aproximação e distanciamento de elementos constitutivos que o define e é por esse motivo que não se pode afirmar que as identidades são fenômenos fechados e estáveis.

É importante ter em mente a participação do Estado na formulação da identidade. Destaca Cuche (2002) que o estado como forma de se consolidar, escolhe, atua e reconhece uma identidade como a oficial. A identidade legitima a instalação dos Estados Nações Moderno e atua de forma excludente com as demais acarretando em reivindicações de reconhecimento pelas minorias.

O Estado na construção e preservação de uma identidade utiliza-se dos meios que estão ao seu alcance para poder tornar e manter vigente a sua visão. A escolha de quais acervos e informações custodiar, preservar e disponibilizar o acesso é determinante para manutenção de sua doutrina. Os Arquivos Públicos nesse sentido são instrumentos cruciais para os interesses de Estado.

Difundir um conjunto específico de documentos que estavam “adormecidos” dentro de um Arquivo Público pode corroborar com os direcionamentos desejados pelo poder público. A publicação de algumas informações específicas também pode vir de encontro com os interesses de certos grupos identitários para firmar sua presença e importância social em outras épocas. Da mesma forma a publicação dessas informações podem contribuir para apagar o imaginário negativo que mancham determinados grupos proporcionando a valorização da autoimagem dos indivíduos entre eles e perante os demais.

O advento da globalização, fenômeno social que resulta na

interação e reordenamento das culturas nacionais, por sua vez, enfraqueceu a relação direta da identidade com o Estado, mas sem abalar por completo essa relação (Monteiro; Carelli; Piclker, 2008). Surgem da relação entre culturas nacionais, identidades desprendidas das referências locais caracterizadas por serem flexíveis e em constante processo de negociação.

A busca por Arquivos e as memórias contidas neles continuam integrante do processo identitário apesar da globalização. Se antes a memória dos arquivos era utilizada preponderantemente para estar em consonância com a identidade nacional, agora a memória é procurada para definir sujeitos e/ou grupos em relação ao outro, já que a globalização tende a homogeneização.

Canclini chama esse fenômeno, produto da cultura em tempos de globalização, de “cultura híbrida” já que a identidade compõe-se de elementos que circulam livremente e delas faz uso: “Hoje a identidade, [...], é poligota, multi-étnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (CANCLINI, 2006, p. 131).

A identidade enquanto processo é percebida nos discursos e nas interações sociais e culturais. Hall (2011, p. 111) argumenta que a identidade é o elo que une discursos e práticas sociais que cada sujeito recebe como referência e, após interpelação dessas, o sujeito define seu lugar social.

O discurso sobre a identidade é o alicerce que a irá sustentar e ambos estarão em constante transformação (Lisboa, 2011). Porém, o discurso precisa recorrer à memória para definir as características que o sujeito tornará para si como forma de identidade.

A identidade e suas diferentes concepções por terem relação direta com a memória têm conseqüentemente relação também com os “Arquivos”, já que esses se constituem como “lugares de memória”. Abarcam uma gama de documentos com valor informativo e probatório que respondem pela memória da sociedade e época em que foram produzidos. Dessa maneira, as

identidades podem tanto ser instigadas ou afirmadas utilizando-se dos Arquivos.

Ao pensar-se sobre a memória remetemo-nos, imediatamente, a lembranças de algo que existiu e/ou aconteceu e que por sua relevância, seja pessoal ou coletiva, são preservadas em nossas mentes. Da mesma forma, no âmbito coletivo e oficial, são institucionalizadas quais são os pedaços do passado que farão parte da memória social e de que forma os mesmos serão perpetuados de maneira que representem a sociedade o qual ela faz parte. Os arquivos são fontes materiais que contém informações que sustentam, ocultam ou refutam esses fragmentos de memória escolhidos e utilizados em discursos que contam a passagem de um período e de uma sociedade. Os arquivos respondem a normas sociais que estruturam nossas lembranças autorizadas.

O indivíduo ao evocar seu passado mediante suas memórias, definindo sua identidade, de acordo com Pollak (1989, p.13), “tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (identidade). O autor chega a classificar essa ação individual como uma “Gestão de um equilíbrio precário, de um sem número de contradições e de tensões (1989, p. 13)”.

Quando a identidade se relaciona a elementos oriundos do passado, o sujeito, assim como o Estado quando precisa formular a identidade oficial de uma sociedade, recorre-se aos arquivos com a finalidade de dar sustentação aos seus discursos identitários e memorialísticos. Os Arquivos e suas informações espelham a sociedade em que ela está inserida em diferentes épocas e assim abarca informações que serão passíveis para elaboração de identidades.

A identidade enquanto fenômeno social utiliza a memória como subsídio em sua formação e/ou consolidação. Sobre a edificação da identidade utilizando a memória como fonte Candau afirma “[...] vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade” (CANDAU, 2011, p.18).

Candau (2011) ainda afirma que toda ação em que se

utiliza da memória exprime intenções identitárias. É o ato de interpretar o passado mediante a memória com os anseios do presente que resulta na elaboração ou revisão dessa memória em nível individual e/ou coletiva. As fontes disponíveis de memória, o método de rememoração e os significados atribuídos a memória, ao proporcionar uma revisão autocrítica do indivíduo de si, demonstra como a memória pode ser moldada pela identidade.

Um Clube Social Negro e uma Casa religiosa de Matriz Africana, por exemplo, contêm documentos que determinam territórios, hábitos, personagens, cultura, ideologia, entre outros elementos, de relevância para a população negra local. A preocupação de preservar o seu acervo e a memória nele contida demonstra o grau de consciência que o grupo em questão tem da importância de si mesmo enquanto um grupo detentor de uma identidade.

Continuando sobre a influência da identidade sobre a memória Candau argumenta:

Por outro lado, uma vez que os quadros sociais da memória orientam toda a evocação, a anamnese de todo o indivíduo dependerá daqueles que lhes são contemporâneos: ele oferecerá, portanto, uma visão dos acontecimentos passados em parte transformada pelo presente ou, mais exatamente, pela posição que ele próprio ocupa nesse presente (CANDAU, 2011, p. 75).

Um conjunto documental de um Arquivo poderá ser pesquisado e interpretado em vários momentos resultando em discursos memorialísticos diferentes. Vai depender da carga cultural e da identidade do indivíduo e da época em que se está realizando a pesquisa.

Percebe-se logo que a memória e a identidade são fenômenos indissociáveis, pois a memória evidencia elementos que influenciam na modelação da identidade do sujeito com sua carga cultural acumulada no decorrer de sua vida altera a interpretação que faz do seu passado. Sobre esse aspecto Candau argumenta que memória e identidade “se conjugam, se nutrem

mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAUI 2011, p.16) e os arquivos constitui como subsídios de informação de ambos. No próximo tópico continuará a ser abordado a relação entre Arquivo, memória e identidade, analisando a repercussão dessa relação no contexto da sociedade da informação.

4. ARQUIVO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E IDENTIDADE NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O Arquivo se constituindo como lugar de memória e conseqüentemente de produção, consolidação e/ou reformulação de identidade, devido à interlocução entre eles, de que maneira é influenciado pelas novas tecnologias e o aumento da produção significativa de documentos digitais? E a repercussão em relação à memória e à identidade contida nos Arquivos?

O senso comum é de que a digitalização de acervos é a ação mais eficaz que se tem atualmente para fins de preservação e acesso das informações de documentos antigos. É a maneira de aumentar o armazenamento de fatos passados, mantendo a memória “salva”, para estar à disposição daqueles que a desejar.

Também se deve atentar às informações produzidas no ciberespaço, que consiste em ambiente virtual cujos dados não são estáveis. Existe no ciberespaço uma constante movimentação e interação de dados cuja preservação desses enquanto memória tende a se perder, na mesma visão do senso comum, pois não há como garantir que determinadas informações se mantenham disponíveis no decorrer do tempo nesse ambiente ou nas plataformas cibernéticas.

Monteiro; Carelli; Piclker (2008, p.2) ao citar Levy (1998) argumentam que as redes de comunicação e as memórias digitais serão responsáveis pela maioria das mensagens passíveis de se tornarem memória, porém não é a conservação que motiva esse movimento de digitalização e informatização no qual pode acarretar em longo prazo em esquecimento dessas memórias.

As benesses da digitalização são evidentes para fins de

preservação e acesso, porém ela implica em mudanças de competências a profissionais que atuam com a informação como do próprio conceito de Arquivo e Memória. Em relação aos Arquivos Balcky (2011, p.11) introduz o caráter tecnológico na definição tradicional de Arquivo:

O Arquivo na Era Digital é uma estrutura que compreende tecnologia, recursos humanos e informação de natureza digital – objectos digitais - isto é, com um conteúdo essencialmente numérico, cujo significado é garantido através de processos de codificação e decodificação e, um conjunto de políticas para incorporar, gerir e acessibilizar numa perspectiva continuada objectos digitais de natureza arquivística.

Para esse tipo de Arquivo, a informação consiste em ser de mais valia do que o suporte em si. Já em relação à memória, Monteiro; Carelli; Piclker (2008) elenca como categorias, oriundas da relação entre a memória e tecnologia, a preservação (retenção), lembrança (ou recuperação) e o esquecimento. O Arquivo está associado às três categorias elencadas pelos autores, pois na existência de programas de digitalização de documentos antigos, ele tem como função reter (preservação) as informações em outro formato que não a mesma do documento original proporcionando concomitantemente a recuperação (lembrança) adequada dessas ao longo do tempo (evitar o esquecimento digital).

Tendo como perspectiva que a sociedade espelha o tempo em que está inserida, a sociedade digital tem como característica sua relação com o tempo imediato, real e instantâneo (Monteiro; Carelli; Piclker, 2008). Decorrente disso, os Arquivos digitais não conterão memórias de tempo linear dos documentos tradicionais que costumavam a ter até então, o que causa uma preocupação de como se procederá à preservação desses dados e o questionamento se essas informações se constituem como memória:

O Arquivo digital tende a barrar a possibilidade de

uma narrativa linear: sua lógica é descontínua; ela opera por saltos espaciais e temporais. Ora, nesse contexto, como evocar o passado diante da fragmentação da pós-modernidade? Estaríamos falando de memória: A resposta talvez seja sim, isto é, estamos falando de uma memória, mas com certeza, de outra memória Monteiro; Carelli; Piclker (2008, p.10).

A memória com o avanço da tecnologia e da sociedade digital ampliou a sua capacidade de ser utilizada afetando, dessa maneira, a forma de lembrar. Como afirma Berwanger (2010) a memória em forma digital denominada por ela como “artificial” vem apenas acrescentar o modo de rememorar, não substituindo a maneira tradicional da memória “natural”. Porém o ato de “externar” a memória natural para a artificial se torna mais comum com a tecnologia como relatada pela autora.

A dependência da sociedade digital a dispositivos automáticos para a elaboração e manutenção de memória se tornou tão intrínseca que os artificios da memória natural não respondem mais unilateralmente pela memória de uma sociedade. A importância dos Arquivos como lugares de memória e seus documentos digitais aumentam diante desse contexto social, pois precisam conter informações que respondam pela memória e pela identidade social a ela relacionada.

Esse novo tipo de memória oriunda dos Arquivos digitais, enquanto lugar de preservação de memória e identidade, pode sofrer com o processo de esquecimento devido à efemeridade, instantaneidade e a rápida obsolescência dos *softwares*. Portanto senão bem acompanhadas as atividades que abarcam os Arquivos digitais, informações memorialísticas poderão ser perdidas por não acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas.

A associação da memória com a tecnologia produzindo Arquivos digitais não devem ser interpretadas, de acordo com Monteiro; Carelli; Piclker (2008), apenas como meio de preservação, mas também como requisito para a produção dessa memória. O esquecimento nos arquivos afeta não apenas a preservação da memória, mas afeta também como a própria

produção do conhecimento da sociedade digital se relaciona com a sua memória.

Lisboa (2011) cita Huyssen quando aborda sobre o fato de que cada vez mais o indivíduo necessita se adequar a tecnologia (criação de senhas, redes sociais e aprender a utilizar os mais diversificados programas) resultando na aquisição de uma “amnésia digital”, pois se relega o ato de lembrar a usabilidade de uma vida tecnológica. A fragilidade da manutenção dos arquivos em ambiente virtual e sua complexidade também é outro fator que corrobora para o perigo da “amnésia digital”, já que existe a possibilidade de se perder essa memória.

O autor ainda comenta que apesar da memória artificial dos Arquivos digitais oferecerem um leque maior de dados para a consulta, o indivíduo é limitado mediante a sua percepção cognitiva:

Podem as novas tecnologias gerar uma vastidão informacional na intenção de consolidar uma memória sócio-tecnológica total, mas os seres humanos resguardam limites nessa relação com as máquinas e não conseguem abarcar todas as informações e dados (LISBOA, 2011, p. 3).

O encontro do Arquivo, memória e identidade com a tecnologia é inevitável. Essa mudança de paradigma deve ser acompanhada por todos os profissionais envolvidos com a informação de maneira a garantir a perpetuação de documentos de relevância sociocultural, não se limitando as novidades tecnológicas momentâneas. Programas de digitalização de documentos devem estar atentos a questões de efemeridade, instantaneidade e migração de dados para que de fato os Arquivos cumpram seu papel de proporcionar o acesso adequado à sociedade em que se insere e assim tornando-o legítimo a sua existência.

5 CONCLUSÃO

A identidade, assim como a memória são produtos de

discursos que atendem uma necessidade momentânea de uma coletividade e se encontra em constante evolução. A formulação e a consolidação dos discursos relacionam-se a recursos disponíveis para apropriação e manipulação e, nesse sentido, os documentos de Arquivo podem contribuir na dinâmica dos processos identitários em atuação e mutação.

Tendo como premissa que o documento é produzido prevendo uma determinada ação, ele em si registra a intenção de um ato. O estudo realizado tendo essas informações como subsídio permite visualizar a compreensão dos fatos ocorridos na sua origem. Além disso, recuperar que ao se fazer uma análise conjuntural das informações coletadas nos documentos, há elementos socioculturais do tempo, espaço e agentes envolvidos e que são detectáveis. E é nesse momento que o estudo, apreensão, construção, manipulação, refutação e/ou outra ação influenciam, delimitam tendo como objeto a identidade que se faz presente.

Independente de qual compreensão que o pesquisador tem da identidade, ele tem no Arquivo a possibilidade de responder o seu objeto de estudo (levantamento das características de uma identidade ou a posição de sua identidade em relação a identidade de outros).

Como qualquer instituição produz documentos na execução de suas atividades, elas conseqüentemente formam seus Arquivos e, dependendo da finalidade institucional, pode ter significância para um determinado grupo social. Nem todos os acervos arquivísticos, necessariamente, estão sob a custódia do Estado.

O Arquivo enquanto espaço sociocultural é um local não apenas de preservação de informações documentais, mas também de construção, defesa e refutação de memórias e identidades. É um local de poder e de luta pela afirmação de diferentes grupos o que CUCHE (2002) define como estratégia de identidades.

A memória e a identidade mantêm entre elas uma relação indissociável e o Arquivo por abarcar memórias contém conseqüentemente associação com a identidade. Para a concepção objetivista ou do sujeito do iluminismo o Arquivo responde a

identidade da sociedade onde ele se encontra, pois a identidade contida nele responde exclusivamente a esse grupo. Já na concepção subjetivista ou do sujeito sociológico e pós-moderno o Arquivo amplia o leque de usuários interessados, já que a identidade é flexível aceitando que o sujeito sofra influência de outros. O sujeito multidimensional por sua vez já pode se basear em fontes de memórias contidas em vários Arquivos para responder as características múltiplas de sua identidade.

O surgimento da sociedade digital e dos Arquivos digitais coloca a memória em pauta devido ao tempo imediato, real e instantâneo que a caracteriza essa sociedade. Há o perigo de com o tempo a amnésia digital oriunda da obsolescência de *softwares* e da constante externalização da memória natural para a artificial seja um risco irreversível da relação Arquivo/memória/identidade.

O Arquivo enquanto espaço de preservação de documentos substanciais que representam a memória de uma sociedade, contribui para a perpetuação e disseminação dos repertórios construídos pelos diferentes discursos coletivos e assim elaborando ou afirmando identidades.

REFERÊNCIAS

BALCKY, Leila. **O Arquivo na era digital**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação), Universidade Nova de Lisboa, 2011.

BERWANGER, Marcos. **A memória e o ciberespaço na era do conhecimento**. 2010. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAMwsAF/a-memoria-coletiva-ciberespaco-na-era-conhecimento>. Acesso em: abril de 2017.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2006.

CANDAUL, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 129-149, 1998. Tema: arquivos pessoais.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

FRANÇA, V. R. V. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: Guimarães, C. ET. AL. **Imagens do Brasil: modos e ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. P. 27-43.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LE-GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LODOLINI, Elio. **Archivística. Principios y problemas**. Milano: Colección manuales 1984.

MONTEIRO, Silvana. CARELLI, Ana. PICKLER, Maria. A ciência da informação, memória e esquecimento. **DataGamaZero** – Revista de Ciência da Informação. v.9 n.6 2008.

MUNDET, José. **Manual de archivística**. Madrid: FGSR, 1994.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSNER, Ernst. **Administração de arquivos e documentação.** Rio de Janeiro: FGV, 1964.

RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos.** Porto: FCG & FPCT, 2003.

RICHTER, Eneida; GARCIA, Olga; PENNA, Elenita. **Introdução à arquivologia.** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

THE ARCHIVAL MEETING OF MEMORY AND ITS RELATIONSHIP WITH IDENTITY

Abstract: *The Archive in mirroring social discourses and practices maintains an inherent relation with the memory and identity of the society in which it is inserted. Assuming the importance of this relation, this article aims to demonstrate the way in which the file, memory and identity are interlinked. It recaptures and contextualizes the history of the archives until they become a laboratory for history and "places of memory" enunciated by Nora (1993) focusing on their relationship with memory and identity. Explains about the conceptualization and classification carried out by Stuart Hall (2001) and Denys Cuche (2002) on conceptions of identity. It is also observed the Archive and its purposes as "place of memory" and the use of this space in the construction, corroboration and / or refutation of identity discourses. Explains about the use of new technologies in the preservation and access of archival collections and the repercussion that results in the relationship between digital archives, memory and identity.*

Keywords: *Archive. Memory. Identity. Culture. Memory's Places. Digital Archive.*

Originais recebidos em: 29/11/2016

Aceito para publicação em: 08/04/2017

Publicado em: 30/06/2017